



# Anais da Assembléia

N. 025

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE ABRIL DE 1988

ANO XIV

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 22.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1.988  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Nereu Carlos Massignan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Messadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Marfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Esequias Losso, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Aloântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer (45).  
Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Eduardo Baggio, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Domingos Scarpellini, Garnote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Luiz Antonio Setti e Valderi Mendes Vilela (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a dispensa da Discussão e Votação da Redação Final, para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no parágrafo único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n.º 116/86.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que de acordo com o artigo 35 do Regimento Interno, seja constituída Comissão Geral da Assembléia Legislativa para:

- Ouvir o Presidente da COPEL Dr. Francisco Sibut Gomid, sobre a participação das empreiteiras e a suspensão da concorrência para construção da 2.<sup>a</sup> fase da Usina de Salto Segredo.

- Deliberar e tomar posição sobre o assunto no sentido de resguardar o interesse público.

- A reunião será realizada no dia 26 de abril, terça-feira, do ano de 1988 às 14:00 horas.

- A reunião da Comissão Geral será pública.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) PAULO FURIATTI

## JUSTIFICATIVA:

Como todos os nobres Pares sabem, a adição, através da Usina de Segredo, de mais de 1.260 MW de capacidade ao parque gerador da COPEL em 1991, significará a certeza de continuidade de abastecimento de energia elétrica a todo o Paraná. No momento em que, no País, se multiplicam as advertências quanto a uma provável crise no suprimento de energia, o Paraná tem o mérito de, em vez de se alinhar com as cassandras, estar, isto sim, trabalhando para evitar que os maus augúrios se materializem.

Como representante do povo, sinto-me no dever de manifestar-me sobre o assunto, que tem merecido destaque na imprensa nos últimos dias, solicitando esta Comissão Geral. Trata-se dos fatos relativos à concorrência aberta pela COPEL para a construção das obras civis principais do empreendimento.

No caso das obras civis principais de Segredo, a COPEL estabeleceu, num dos itens do edital de concorrência, que não seriam, aceitas propostas superiores a 18 bilhões de cruzados, equivalente a 170 milhões de dólares, ou seja, esse seria o valor máximo que a empresa teria condições de investir nessa etapa da construção.

Na abertura das propostas, porém, verificou-se, com surpresa, que todos os 4 consórcios de construtoras qualificados para licitação desobedeceram o edital cotando preços muito superiores ao limite fixado pela COPEL, o que suscita forte suspeita de ter havido acordo entre os licitantes.

O consórcio liderado pela C.R.Almeida S/A., que apresentou o menor preço da concorrência, se propôs a executar a obra por nada menos que 28 bilhões de cruzados, ou 263 milhões de dólares, o que representava mais de 50% do limite estabelecido.

Diante disso, a COPEL resolveu, revogar a concorrência. Por sua vez, inconformada com a decisão, a C.R. Almeida, impetrou mandado de segurança, alegando que não seriam verdadeiros os motivos de interesse público defendidos pela COPEL.

Em função da gravidade dos fatos noticiados, é mister que este Poder ouça e inquirir o Presidente da COPEL, para que possamos democratizar a discussão, além de uma análise mais profunda sobre a ação dos cartéis que certamente será feita, proporcionando condições para que este Parlamento possa propor soluções que venham ao encontro do interesse público.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Paulo Libânio, ocorrido no dia 08 deste mês, em trágico acidente automobilístico, na estrada que liga o Município de Paranavaí a Nova Londrina.

O extinto era ex-prefeito da Cidade de Santa Cruz do Monte Castelo, mas, continuava atuante na política.

O Senhor Paulo Libânio, deixa viúva a Senhora Maria Aparecida Chister Libânio e os filhos: Paulo Roberto; Maria Angela; Maria Angélica; Maria Consuelo; Maria Helena e Maria Célia.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, na pessoa de sua esposa, a Senhora Maria Aparecida Chister Libânio, em Santa Cruz do Monte Castelo.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

QUIELSE CRISÓSTOMO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Etelvina Maria Amaral Gradowski, esposa do Senhor Ivan Gradowski, Diretor do Tribunal Regional Eleitoral, ocorrido no dia 15 de abril, sexta-feira passada.

Após aprovado, requer seja informada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Lucídio Alves Ribeiro, o "Tio Doca", ocorrido no dia 14 do corrente mês, em Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões em 19.04.88.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### JUSTIFICATIVA:

O extinto era casado, deixando filhos. Pertencia a tradicional família pioneira da Região Metropolitana de Curitiba, e era reconhecido como político atuante em vários municípios.

Seu desaparecimento deixa enlutados todos quanto dele retiraram exemplos de trabalho, honradez e dedicação.

Resta aos seus familiares, amigos e conhecidos, o exemplo de dignidade do homem que sempre atendia seus semelhantes com um grande sorriso, achando um resultado para cada problema.

Requer, outrossim, que da manifestação deste Poder, seja dado conhecimento à família enlutada na pessoa de seu filho Paulo Ribeiro, em Curitiba, aos cuidados da Dra. Dulcinéia Ribeiro, no serviço médico deste Poder.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto de pesar, pelo falecimento de Dona Etelvina Maria Amaral Gradowski, esposa de Ivan Gradowski, Diretor do Tribunal Regional Eleitoral, em Curitiba.

Outrossim, Requer, que se dê ciência da decisão da Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção

na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de saudades ao Presidente Tancredo Neves, pela passagem do 3º aniversário de sua morte.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Senhora Risoleta Neves.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA.

Muitos já disseram que o brasileiro é um povo de memória curta.

Se não é uma verdade completa, não está longe de sê-lo. Por isso é necessário que periodicamente seja a história revolvida, sejam as palavras das grandes lideranças lembradas. Mais, ainda se forem palavras de um estadista da estatura de Tancredo Neves.

Para prestarmos a nossa homenagem ao ensejo da passagem do 3º aniversário de sua morte, nada melhor do que recordar suas palavras, pois são grandes ensinamentos. Em cada frase uma excepcional mensagem que infelizmente vemos com tristeza não ter sido assimilada, muito menos seguida como profissão de fé daquele que veio para reviver a esperança dos brasileiros num país melhor.

É verdade que a ausência do Presidente Tancredo Neves nos deixou um grande vazio, uma imensa dor, um sentimento de frustração. Mas mesmo na grande saudade que marca o 21 de abril encontramos conforto e alento ao lembrarmos suas palavras, as palavras que ele escreveu mas que infelizmente não chegou a pronunciar. Mas que ficaram escritas. Não queremos recordá-las só por homenagem, mas para que possam ser refletidas e adotadas, pois este País está precisando muito. Desejamos portanto, que o nosso preito de saudade e respeito possa se resumir nas citações do grande estadista.

"A coesão nacional que não deve ser confundida com as manifestações patológicas do nacionalismo extremista, resulta do sentimento de solidariedade da cidadania".

"- Enganam-se os que imaginam possível levantar uma nação rica e poderosa sobre os ombros de um povo explorado, doente, marginalizado e triste. Uma nação só crescerá quando crescer, em cada um de seus cidadãos, no conhecimento, na saúde, na alegria e na liberdade".

"- Chega de proclamarmos, para aplacar a consciência, o direito de todos ao trabalho. É hora de transformar tais intenções em fatos concretos. É hora de pagar salários justos aos que produzem.

- A hipertrofia centralizadora da União, fruto do sonho ditatorial e totalitário do passado recente, não é apenas abuso contra a liberdade e o direito. É,

sobretudo, uma tolice do ponto de vista prático".

- A austeridade não deve ser apenas um vocábulo de efeito político, mas rigoroso compromisso do Poder".

- Teremos de colocar ordem imediata na administração econômica.

Muitas outras sentenças do Presidente Tancredo Neves, poderiam aqui ser incluídas. Mas acreditamos que estas são significativas. Oxalá pudessem todas elas serem cumpridas. Seria, então, a melhor homenagem que poderia o Brasil, por seus governantes, prestar ao grande estadista, o Presidente Tancredo Neves.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de congratulações pelos 60 anos de matrimônio do casal Francisco e Angelina Martins.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Ilustríssima família, sito à Rua Senador Pinheiro Machado, 1607, em Guarapuava.

#### JUSTIFICATIVA:

No dia 16 do mês em curso, a Catedral Nossa Senhora do Belém, recebeu a sociedade guarapuavana para assistir a cerimônia religiosa das Bodas de Diamante, pelos 60 anos de casamento de Francisco e Angelina Martins, família conceituada de nossa Cidade, ele aposentado, possui o Cartório do 1º Ofício de Imóveis, é pecuarista e agricultor.

Raríssimo, em nossos tempos, um casal atingir Bodas de Ouro, imaginem 60 anos de feliz consórcio.

Nascidos em Guarapuava, casaram-se no dia 04.07.27, o casal completou a felicidade já existente com a vinda dos filhos, Sebastião, Zoé, (in memoriam), Sílvio, Zilóá, Zeni, Sílton (in memoriam) e Francisco, contando hoje com 24 netos e 35 bisnetos.

Nada mais justo que prestemos nossa homenagem, desejando ao casal felicidade profunda, construída sobre as bases do amor.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de votos de congratulações e aplausos ao Jornal "Caigara" de União da Vitória por ter chegado à sua edição nº 1.000.

Requer, outrossim, que da decisão da

Casa, seja dada ciência à Diretora do jornal, Maria da Luz Augusto, para que receba e transmita a todos os colaboradores daquele tradicional semanário este registro.  
Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Somente quem está permanentemente ligado ao nosso interior conhece as dificuldades para levar adiante empreendimentos que no fundo são verdadeiros serviços de utilidade pública, sem o fim precípua do lucro. Assim é com a nossa brava gente da imprensa, que no afã de servir a comunidade, de divulgar e enaltecer os nossos municípios enfrentam os mais diversos obstáculos.

Por isso é motivo de regozijo quando um veículo do Interior superando os desafios alcança suas metas, não sem os incontáveis sacrifícios de seus idealizadores.

O Jornal "Caigara", de União da Vitória, acaba de chegar à sua edição n° 1.000, sem dúvida um marco da maior relevância em se considerando as vicissitudes enfrentadas.

Serve a manifestação desta Casa como uma homenagem ao idealismo do saudoso professor, Didio Augusto, que acreditou no seu projeto, acreditando no povo das gêmeas do Iguaçu, acreditando na Região e acreditando no Paraná.

Serve também como homenagem a Maria da Luz Augusto e Janice Augusto que hoje dirigem o Caigara, com o mesmo idealismo, com a mesma força de vontade, com o mesmo determinismo.

O Caigara tem no subtítulo a sua divisa: PROFESSA A VERDADE, INSINUA O BELO, ADVOGA O BEM.

E assim tem sido, já há 1000 edições. Assim será, por muitas outras tantas.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos à Escola de Música e Belas Artes do Paraná, pelo transcurso do seu 40° aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à Direção da Escola.

Sala das Sessões, em 19.04.88

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

**JUSTIFICATIVA:**

O 40° Aniversário da Escola de Música e Belas Artes do Paraná é realmente motivo de grande júbilo para toda a sociedade paranaense.

Essa instituição tem sido ao longo dos anos o canal pelo qual flui toda a inspi-

ração da nossa juventude; é através dela que milhares de paranaenses podem ver concretizados o sonho de poder, pela manifestação artística e cultural, contribuir para o enriquecimento do nosso povo.

Como todo o projeto institucional, também a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, palmilhou terreno difícil, sofreu para transpor os obstáculos. Mas está aí, há 4 décadas, como um símbolo da vontade e do determinismo de seus idealizadores.

Por isso esses idealizadores, e tantos outros que trabalharam para que o sonho se materializasse, merecem hoje o nosso agradecimento e o nosso respeito, pela grandiosidade do que criaram e pelo benefício que proporcionaram a diversas gerações.

Assim, também, merecem o nosso mais decidido apoio àqueles sobre os quais recai a responsabilidade de dar continuidade ao trabalho.

Portanto, desejo que se consubstancie nesta homenagem o reconhecimento do Poder Legislativo, e signifique o apoio desta Casa que nunca haverá de faltar não só a EMBAP como também, a todas as manifestações, projetos e iniciativas que elevem bem alto a cultura dos paranaenses.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto congratulatório a Dra. Saly Bruggmann Moreira, pela posse na presidência da Associação Brasileira de Mulheres Médicas.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

**JUSTIFICATIVA:**

Tal distinção é resultante dos notáveis méritos da ilustre médica e professora que tanto honra nosso Estado, e que vem contribuindo com grandioso brilho, destacando-se como motivo de regozijo não apenas das associadas, mas do próprio povo paranaense, pois vem projetar nosso Estado não somente no Brasil, mas no próprio cenário internacional.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário desta Casa, REQUER a inserção nos Anais da Casa, dos 105 anos do ex-Presidente Getúlio Vargas, nascido a 19 de abril de 1883.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR

JOSÉ ALVES

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que a este

subscreve, submete à apreciação da Egrégia Assembléia a inserção nos Anais da Casa de voto de júbilo pela vida generosa e solidária do prelado católico Dom Jerônimo Mazarotto, que completou 90 anos de existência no último dia 11 de abril. Trata-se do Bispo e Sacerdote Católico mais idoso do Paraná, o que não quer significar que seja o menos lúcido. É ainda um servidor do Evangelho, um orientador dos jovens, um tribuno admirável e um Bispo solícito.

Padre há 67 anos, batizado na Igreja de Santa Felicidade, filho de Amália Gasparim Mazarotto e de Angelo Mazarotto, Dom Jerônimo foi ordenado na Catedral de Curitiba. Foi lente do Gymnasio Paranaense, vigário da Catedral, vigário de Castro, reitor da Igreja de São Francisco de Paula, fundador e primeiro Reitor da atual PUC, doutor em Direito Canônico, especialista em questões do Tribunal Eclesiástico de Curitiba, Cônego, Bispo Auxiliar da Arquidiocese, Padre do Concílio Ecumênico Vaticano II, hoje é Bispo Emérito.

Seu aniversário de 90 anos será comemorado no domingo, dia 24 de abril, na presença do Núncio Apostólico no Brasil, e de todos os bispos do Paraná, com uma missa na Igreja de Santa Terezinha, em Curitiba, que ele construiu e dirigiu.

Associe-se assim a Assembléia do Povo do Paraná ao júbilo da Igreja Católica que está no Paraná, grafando nas atas da nossa memória comunitária esta efeméride, e fazendo saber da grande alegria que todos os Deputados desta legislatura manifestamos pela vida profícua do padre, bispo, professor, reitor e doutor.

Ampliem-se estes votos de júbilo em alvissaras de mais anos de vida para o ilustre e querido Bispo, na forma de súplicas pelo feliz estado de saúde e de sua consciência que também depositamos diante do trono do Altíssimo, Misericordioso e Bom Deus. Possa esta manifestação de júbilo pela vida de Dom Mazarotto significar o aprego da Assembléia pelos reverendíssimos bispos e pela sua missão de justiça e paz entre o nosso povo, na construção do Reino de Deus nesta terra.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) RAFAEL GRECA

Líder do PDT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate, ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado das Finanças, para que informe, em prazo legal, a este Poder Legislativo:

1. Qual é o montante mensal de recolhimento da "Taxa Judiciária" em todo o

Estado do Paraná, e qual ou quais as respectivas destinações;

2. Qual é o montante mensal de recolhimento do "Fundo Penitenciário" em todo o Estado do Paraná, e qual a respectiva destinação.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### JUSTIFICATIVA:

A "Taxa Judiciária" integra o elenco de recolhimentos extraordinários do Erário Estadual, que foge, por essa natureza, ao controle orçamentário incumbido a este Poder Legislativo.

Esse tributo, imposto ao exercício da justiça, vem gerando indagações de alta relevância, nos meios advocatícios, pelo volume de recursos financeiros que se imagina gerar aos cofres do Estado, de vez que a taxa mínima é hoje de Cz\$ 95,00 sobre cada ajuizamento, não havendo clareza sobre a forma e as áreas de utilização ou investimento desse dinheiro.

Igualmente o "Fundo Penitenciário", além de não ter fato gerador legítimo, também entra num volume que se imagina muito grande, aos cofres Estaduais, e dali recebe destinações de que este Poder Legislativo jamais foi informado a respeito.

Tais "tributos", parecem-nos ferir o dever do Estado de garantir a Justiça como amparo da cidadania; até porque, os custos do Poder Judiciário têm sustentação orçamentária.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando que informe este Poder Legislativo sobre o seguinte:

1. Qual o montante que os bicheiros vêm recolhendo sobre o jogo do bicho, no acordo realizado com o Senhor Governador, nesse sentido; de que forma é procedido esse recolhimento; por qual órgão é administrado e em que é aplicado.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### JUSTIFICATIVA:

O Governador Álvaro Dias, em entrevistas à imprensa, anunciou que, tentando corrigir vícios funcionais da Segurança Pública, colocou a atividade contravençional do jogo do bicho, sob administração direta da Governadoria, mediante convênio com os bicheiros, de contribuição destes para a assistência social a cargo do Estado.

É salutar e louvável a intenção do Go-

vernador, entretanto, este Poder Legislativo que tem o dever de garantir as decisões o Poder Executivo não foi informado sobre nada, vindo a saber do fato como notícia de imprensa, apenas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja enviado expediente ao Ministro do Planejamento João Batista, para que o IBGE cumpra determinação do Ministro Aluísio Alves, Ministro Chefe da Administração Pública. Em virtude do acordo feito pelos funcionários do IBGE e a Secretaria Geral da Administração.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado requerimento ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, pedindo agilização de providências no sentido de que seja restabelecido o fornecimento de celulose no mercado interno, junto a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços e Conselho Interministerial de Preços, ambos do Ministério da Fazenda.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Com o intuito de substituir as importações brasileiras e colocar o País junto ao mercado internacional, iniciativas privadas juntamente com o Governo Federal nos anos 70, mais precisamente em 1974, deram um impulso, fazendo com que o Brasil passasse da condição de importador para a de um dos grandes exportadores de celulose e papel do mundo.

Dentro deste cenário o setor apresentou um crescimento às vezes superior ao próprio crescimento do PIB, vindo a se ressentir a partir de 1980 quando se apresentaram os sintomas da recessão pela qual o País passou. Ao adaptar-se às restrições mercadológicas vigentes nos últimos anos - com a queda do consumo interno - a maior parte das empresas do setor foi buscar na exportação a solução para a plena capacidade instalada de produção.

Afora a possibilidade de plena utilização da capacidade, existia ainda o favorecimento do preço internacional da celulose, conforme ilustra o quadro a seguir:

US\$/t FOB - valor médio

MERCADO			
ANO	INTERNO	EXTERNO	RELAÇÃO

1980	273	458	59,6
1981	356	458	77,7
1982	372	378	98,4
1983	271	341	79,5
1984	249	403	61,8
1985	246	297	82,8
1986	238	400	59,5
1987	258	563	45,8
1988(março)	410	650	63,1

O controle de preços exercido no mercado interno tem provocado um diferencial de preços bastante significativo que, aliado à escassez de recursos, à limitação do apoio governamental e ao alto custo do capital, vêm postergando a concretização de novos empreendimentos significativos, principalmente na área de celulose fibra curta.

Estudos realizados, inclusive no âmbito do CDI, apontam a necessidade de expansão de fibras que, caso não ocorra, muito embora haja competitividade da celulose brasileira no mercado externo e preço favorecido, as nossas exportações poderão ser comprometidas em função da recuperação do mercado interno.

Os primeiros desencontros quanto ao abastecimento de matérias-primas fibrosas começaram a ser sentidos a partir do 2º semestre de 1979, exigindo, desde então, constantes reuniões e acordos entre produtores e consumidores de celulose.

A manutenção do equilíbrio entre o fluxo das exportações e o atendimento ao mercado interno, sem prejuízo aos fabricantes que dependem de uma margem de lucro compatível com seus custos, tem-se tornado uma questão controversa onde as soluções encontradas não se sustentam por longos períodos.

Em recente estudo elaborado pela Associação Brasileira de Exportadores de celulose - ABCECEL (Aracruz, Cenibra, Riocell e Monte Dourado), estimou-se um volume disponível de 42,6 t/mês (26,8 mil toneladas provenientes dos associados da ABCECEL e 15,8 mil toneladas de produtos integrados) de celulose fibra curta branqueada destinada aos produtores de papel não integrados, para o ano de 1988. Este volume anualizado representa um acréscimo de 20% sobre o montante comercializado no mercado interno em 1987. As necessidades de celulose das empresas Santa Maria Cia. de Papel e Celulose (PR) e Fábrica de Celulose e Papel da Amazônia S/A (PA), perfazem cerca de 16% do montante da demanda interna estimada para o ano em curso.

Tais números nos parecem ser irrelevantes diante do problema básico que é a questão preço, devendo permanecer tal situação enquanto perdurar a melhor remuneração no mercado externo, embora podendo



ser atenuado caso a celulose para o mercado interno e destinada à produção de papéis para exportação venha a ter seu valor de venda próximo às cotações internacionais, como já ocorreu em acordos anteriores. Em contrário, haverá uma demanda aquecida por parte dos não integrados sustentada pelo subsídio do subsetor de celulose no subsetor papel.

Em verdade, o quadro do abastecimento interno já está pronto desde o final dos anos 70 quando medidas de contingenciamento de celulose exportada foram tomadas em favor das empresas não integradas. Em termos simples, a opção estava entre exportar mais para a obtenção de divisas, acarreando o estrangulamento das empresas não integradas, ou abastecer adequadamente estas últimas, renunciando as metas mais ambiciosas de exportação e proporcionando adicionalmente um processo inevitável de concentração e integração das empresas não integradas aos grandes grupos ou maiores investimentos.

Operando próximo do limite de sua capacidade e nas atuais circunstâncias, somente a médio e longo prazo, com o novo Programa Nacional de Papel e Celulose - 1987/95 e os novos projetos de expansão já definidos, poder-se-á esperar a normalidade no atendimento da demanda interna e a continuidade da manutenção e até mesmo a ampliação das posições conquistadas pelo País no mercado mundial.

Consta no referido programa que, além do tratamento preferencial aos novos investimentos dados pelas entidades governamentais, deverá ser também fomentada a associação de produtores de papel na implantação de projetos destinados à produção de fibras e pastas para abastecimento próprio. Desta forma, além do fornecimento garantido, estariam os não integrados livrando-se dos atuais incômodos e liberando os produtores de celulose para a exportação. Neste sentido, já está em estudo junto ao BNDES, projeto reunindo 12 empresas com interesses na área, que investirão US\$ 700,00 milhões (US\$ 420,00 milhões financiados pelo banco) para produzir 340 mil t/a de celulose para consumo próprio.

Diante do exposto, requeremos a intervenção do Governo, através do órgão responsável pela política de abastecimento e preços - SEAP/CIP, para que as partes interessadas tenham a possibilidade novamente de celebrar acordos determinando cotas e condições satisfatórias mais duradouras para ambas as partes.

Cabe ressaltar que, segundo a Associação Brasileira de Exportadores de Celulose, em contato com CDI, o chamado Plano Bresser acabou por extinguir os acordos até então existentes que, de uma forma ou de outra, atendia satisfatoriamente aos

interessados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições, REQUER seja transcrito nos Anais deste Legislativo, o incluso expediente, de autoria da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, cujos termos tem seu integral apoio.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### JUSTIFICATIVA:

O referido documento é a exposição da reivindicação da classe, no município pontagrossense, ante o horário para atendimento, implantado nas redes bancárias.

Na tentativa de amenizar as mais prementes necessidades da comunidade nele está contida, em síntese, a preocupação pelas dificuldades ocorridas na prestação de serviços oferecida pelos bancos ao comércio, indústria, agricultura, pecuária e ao público em geral, gerando insatisfação generalizada em todos os setores.

Requer ainda, o envio de cópia do expediente ao Banco Central.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados infra-assinados, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUEREM da Mesa Executiva, as providências cabíveis ao encaminhamento de proposição ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no seguinte teor:

CONSIDERANDO a aprovação, em duas discussões, do Projeto de Lei nº 55/88, e que ao mesmo foi apresentada emenda substitutiva geral delegando ao Executivo a atribuição de, por decreto, proceder a majoração dos reajustes salariais do funcionalismo público estadual;

CONSIDERANDO que a vigência da lei está prevista para 1º de abril de 1988, REQUEREM o imediato pagamento da URP referente ao mês de março a que faz jus o funcionalismo público estadual, por ser de direito e de justiça.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(aa) RAFAEL GRECA

PEDRO TONELLI

ALGACI TÚLIO

VALDERI MENDES VILELA e

JOÃO ARRUDA.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 088/88

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro no

Município de Santo Antônio do Caiuá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, dentro das suas finalidades estatutárias, presta à coletividade de Santo Antônio do Caiuá, gratuitamente, assistência material, moral e espiritual, particularmente à maternidade e à infância, zelando pela proteção, higiene, saúde, recreação, orientação à educação das crianças, de modo especial àquelas cujas mães trabalham fora do lar.

A documentação que acompanha o presente projeto de lei, por si só comprova o preenchimento das normas legais exigidas na legislação vigente.

Nas condições expostas, é que apresentamos o referido projeto de lei, esperando contar com o apoio e posterior aprovação pelos nobres Deputados desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 089/88

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - É declarado de Utilidade Pública o GRUPO ESPÍRITA SOLIDARIEDADE, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente plano de lei tem como objetivo primordial declarar de Utilidade Pública o Grupo Espírita Solidariedade, da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

A entidade presta inestimáveis e relevantes serviços de caráter filantrópico e beneficente, de natureza educacional, cultural e assistencial, e caracteriza-se como uma associação civil, sem fins lucrativos.

Essa instituição não possui recursos financeiros suficientes para sua manutenção, sendo que sua Diretoria não recebe qualquer espécie de vencimentos, remunerações ou bonificações a qualquer título.

A documentação está correta, conforme preceituado na Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Diante do exposto, espera a aprovação do Douto Plenário.

PROJETO DE LEI Nº 090/88

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir para 20 (vinte) horas semanais a jornada de trabalho do servidor público estadual legalmente responsável por excepcional em tratamento especializado.

§ 1º - A redução da jornada de trabalho de que trata o artigo, dependerá de requerimento do interessado ao titular ou dirigente do órgão em que estiver lotado, e será instruído com certidão de nascimento, termo de curatela ou tutela e atestado médico de que o dependente é excepcional.

§ 2º - A autoridade referida no parágrafo anterior encaminhará o expediente à Secretaria de Estado da Administração, com vista ao serviço médico, que emitirá laudo conclusivo sobre o requerimento.

§ 3º - Será de 06 (seis) meses o prazo da concessão de que trata o artigo, podendo ser renovada, sucessivamente, mediante requerimento, por iguais períodos, observados os procedimentos constantes do § 2º.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

**JUSTIFICATIVA:**

Embora sejam na sua maioria anônimos, existe em nosso Estado uma parcela de servidores públicos que são legalmente responsáveis por pessoas excepcionais, que, na maioria das vezes, dependem de um tratamento especializado.

Em consequência, esses servidores dependem de maior disponibilidade de tempo para que possam dar o atendimento que os excepcionais merecem.

Tendo em vista o grande alcance social desta medida que estamos propondo, confiamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 091/88

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM GUARAITUBA, com sede e foro na cidade de Colombo - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.88.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que aqui pretendemos seja declarada de Utilidade Pública é sociedade civil de direito privado, sem fins lucra-



tivos, com foro na cidade de Colombo e com sede provisória no Jardim Guaraituba.

Tem como objetivo básico congregar os anseios e problemas fundamentais dos habitantes do Jardim Guaraituba, conscientizando-os de seus direitos e deveres, com o propósito de tornar a habitação, o trabalho, o lazer e a recreação - condições intrínsecas para melhorar a infra-estrutura urbana - uma realidade não utópica. Promove o convívio social através das atividades decorrentes de esportes e lazer. Colabora com as entidades que atuam na área social. Enfim, zela pelos bens e valores maiores de sua comunidade.

A matéria encontra-se em conformidade com a Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que estabelece as normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, pelo justo caráter moldado na presente proposição, esperamos o devido apoio aos nobres Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Hoje é o Dia do Índio.

Dia daquele que habitava estas terras quando foi descoberta por Cabral. Quando os portugueses aqui chegaram, de imediato chamou-lhes a atenção o tipo físico e os costumes de nossas tribos.

Um aspecto muito discutido e às vezes mal interpretado pelos antigos estudiosos do assunto, era o aparente "horror" que o índio tinha ao trabalho braçal, chegando ao ponto de, às vezes, adoecer e morrer se forçado a trabalhar. Taxado por muitos de vadio, o índio era apenas produto de uma cultura diferente da cultura portuguesa, de uma economia de subsistência quase sempre nômade, sem mercado.

Muitos foram os que cometeram graves erros sobre os índios: missionários, viajantes e até muitos que se propõem a escrever sobre o assunto ignorando as últimas conquistas da antropologia cultural.

Gonçalves Dias, o poeta, cantou o índio como o mais belo e nobre dos seres humanos, embora um pouco exagerada a forma, serviu para ensinar a algumas gerações a respeitar e admirar a raça e cultura indígena - uma das raízes de nossa cultura, os usos e costumes, pois até hoje comemos mandioca, milho verde, amendoim, banana, mamão, caju, mate, além de outros vegetais presentes em nossas mesas; e temos nomes de cidades como Itararé, Itapevi, Pirapora, Apiaí, Pirai, Iporema, Guaraqueçaba e Curitiba.

Há uma lógica interna nos costumes in-

dígenas como bem demonstraram os etnólogos: Molinowski, Franz Boas, Levi Strauss, lógica que não é nada inferior à dos outros povos, é apenas diferente.

Cada tribo resolvia a seu modo os problemas básicos da existência: a alimentação, a luta contra o frio ou o calor excessivo, a moradia, as doenças, as relações homem-homem, homem-mulher, pai e filho e grupo-grupo.

Cabe, portanto, aos Constituintes, legislar no sentido de preservá-los, defendê-los das explorações e deixá-los viver a sua cultura sem interferências. Pois, até agora o "contato do homem branco em geral, serviu para destruir o seu equilíbrio biológico e moral. Doenças, vícios, neuroses; estas são as marcas produzidas pelos intrusos na vida das tribos brasileiras", segundo Levi Strauss.

Fazemos uma menção de justiça apontando os beneméritos na preservação do índio, como Rondon, Roquette Pinto e os irmãos Villas Boas, bem como o trabalho dos missionários em prol do respeito à pessoa humana.

O cruzamento do índio com o português foi intenso, primeiro na região litorânea durante o século XVI, depois sertão adentro até o princípio do século XVIII.

A fundação das primeiras cidades: São Vicente, São Paulo, Salvador, Olinda e Rio de Janeiro só aconteceram mediante as alianças com as tribos locais.

As Entradas e Bandeiras paulistas do século XVII levaram longe a mestiçagem que resultou no mameluco, tipo racial básico do sertanejo brasileiro.

Neste dia apelamos aos Constituintes, leis que beneficiem o índio, os primeiros habitantes do Brasil, e lamentamos que ainda existam nesta terra, pessoas que massacram índios em suas próprias terras".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo mais oradores, encerramos o Pequeno Expediente e passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado David Cheriegate. (Ausente).

Estando ausente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PT, se fará uso do seu horário. (Ausente).

Estando ausente, consulto a Liderança do PDT.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Hoje, 19 de abril, é o Dia Nacional do Índio", daqueles que são os verdadeiros

donos desta terra "invadida" por Cabral em 1500.

Embora muito tempo revoltado com o que acontece nesta terra contra o índio, guardei para hoje, no dia 19 de abril, o protesto do Partido Democrático Trabalhista, o PDT, gravado na história desta Casa, protesto contra os 14 índios "Tikunas", chacinados no Amazonas, na área indígena de São Leopoldo, Município de Benjamin Constant, num lugar denominado Sítio do Cercado, em 28 de março deste ano. Exatamente quatro dias antes do dia da comemoração da abolição da escravidão dos índios.

Mas, a perseguição aos índios, não é coisa recente, ela remonta ao ano de 1500. O português, quando aqui chegou, subjugando a mulher índia às suas paixões sexuais, "fabricou" o primeiro menor abandonado deste País.

No processo de colonização, a primeira reação dos índios foi violenta e de insubordinação; a seguir, tentaram aliar-se aos conquistadores, quando aconteceu a fundação das cidades de São Vicente, São Paulo, Salvador, Olinda e Rio de Janeiro.

Por último, as tribos imigraram em várias direções, como cita o antropólogo Arthur Ramos, escapando ao português e ao bandeirante "em busca da terra onde não se morre".

"Taxado" pelos colonizadores de preguiçoso, mal interpretado pelos observadores históricos que não conseguiam entender o aparente "horror ao trabalho" que sentiam os índios, que chegavam inclusive a adoecer e morrer, quando forçados a trabalhar, por serem oriundos de uma cultura diferente, nada mercantilista, voltados para uma economia de subsistência, quando os modos de produção pertenciam à coletividade, frequentemente, nômades.

Gonçalves Dias, o poeta de Juca Pirama e José de Alencar, no romance Iracema, procuraram através da prosa e do verso, resgatar a memória da figura do índio, justamente num momento em que a literatura mundial se voltava ao culto dos heróis de cada povo.

Nos idos de 1500 esta terra era povoada por inúmeras tribos de índios, belos, fortes e saudáveis, existindo hoje, somente 120 mil remanescentes, escapados das chacinas, massacres, grilagens e matanças patrocinados pela alvura dos sentimentos dos colonizadores.

Os Senhores Constituintes que estão em Brasília, na maioria, quase nada estão fazendo pelo índio, parece-nos até que se empenham na sua destruição e desaparecimento, pois pelo que se sabe, a Constituição que estão escrevendo será muito mais retrógrada, do que a atual, pois, neste caso, preve-se a ocupação das áreas indí-

genas para extração e exploração de minerais por empresas nacionais e multinacionais.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

É necessário e urgente, por ser um problema de justiça, que a Constituinte reconheça como princípio, a posse da terra aos índios, com a demarcação definitiva e inviolável dessas áreas.

Reconheça o direito à diversidade étnica no País, o que não significa abandonar o índio, mas fazer projetos ouvindo suas lideranças.

O apelo que fazemos às autoridades de Brasília e do Amazonas, é que se faça, o mais rápido possível a apuração e o julgamento dos criminosos, da chacina dos 14 índios Tikunas, covardemente massacrados por pistoleiros dos latifundiários da região, ironicamente no ano em que se comemora 20 anos de existência da FUNAI.

Nós Deputados do Paraná, temos que estar com os olhos bem abertos, para que na Constituição do Paraná, reconheçamos os mesmos princípios acima expostos, para resolver os conflitos que perduram há anos na área de Manguaçu, que resultou inclusive, no assassinato de lideranças indígenas, como o cacique Cretã pela morte do qual também protestamos hoje, e protestaremos sempre, porque o Dia do Índio não é apenas o dia 19 de abril, mas são todos os dias do ano, que devem ser respeitados os direitos humanos de todos os cidadãos deste País. Principalmente dos primeiros "donos" desta terra.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Também fazemos um apelo, para que os Senhores historiadores deste País, coloquem nos livros escolares a verdadeira história do descobrimento do Brasil, a exemplo dos professores Florestan Fernandes e Renato Muceli, a quem parabenizamos hoje, pela edição do livro "História Crítica da Nação Brasileira", onde contam a verdadeira história do Brasil, sem pseudo-patriotismo, sem culto a falsos heróis e independente do interesse da classe dominante.

Lembramos, ainda, o 5º compromisso fundamental do programa do nosso Partido, o PDT, contra o processo de extermínio físico, social e cultural a que têm sido submetidas as populações indígenas ao longo da nossa história".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n° 55/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 43/88), que objetiva alterar a redação do Artigo 1° da Lei n° 8592, de 28 de outubro de 1987, acrescentando-lhe novos parágrafos, para redefinir a política de reajustes de vencimentos do funcionalismo público estadual. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Senhor Presidente, apenas para declarar meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência mandará anotar.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Como das discussões anteriores, também o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência mandará registrar.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Para registrar também o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência mandará anotar.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Se-

nhor Presidente. Eu quero manifestar o meu voto contrário a URP, também.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência mandará anotar, Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 43/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 36/88), que cria no Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada, 4 cargos de provimento em Comissão de Assessor Judiciário, todos com a Simbologia DAS-4, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 027/88, (Mensagem n. 27/88 ex-Proposição n. 36/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 20.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, objetivando alocação de recursos financeiros para atendimento de despesas com obras de reforma e adaptação do Parque de Exposições Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Aprovado, artigo por artigo).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 028/88, (Mensagem n. 28/88 ex-Proposição n. 37/88, oriundo do PARECER da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 30.12.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Guaraqueçaba, objetivando aplicação de recursos financeiros no transporte hidroviário de passageiros. (Aprovado, artigo por artigo).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 029/88, (Mensagem n. 29/88 ex-Proposição n. 38/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênio celebrado em 22.12.87, entre o Estado do Paraná e o Instituto de Aviação Civil, com intervenção da Secretaria de Estado dos Transportes, objetivando elaboração do Plano Aeroviário do Estado do Paraná. (Aprovado, artigo por artigo).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 030/88, (Mensagem n. 30/88 ex-Proposição n. 39/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênio celebrado em 10 de novembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e o Departamento

Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, objetivando a execução dos serviços de implantação, pavimentação e das demais obras complementares para duplicação do trecho Curitiba - Garuva - Divisa PR/SC, com extensão estimada de 75 Km - Rodovia 376/PR, integrante do Plano Nacional de Viação. (Aprovado, artigo por artigo).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 031/88, (Mensagem n. 31/88 ex-Proposição n. 40/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênio celebrado em 27.10.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e o Município de Campo Mourão, com a intervenção da SUDESUL, objetivando a execução de obras destinadas ao controle de erosão urbana. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 032/88, (Mensagem n. 33/88 ex-Proposição n. 42/88) - oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênio publicado no DOE de 18.01.88, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado do Mato Grosso do Sul, através da sua Secretaria de Obras Públicas, com os objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 033/88, (Mensagem n. 34/88 ex-Proposição n. 43/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios que especifica, objetivando construção ou reformas de prédios para unidades policiais dos referidos Municípios: e ainda, cópias de termos aditivos, datados de 23.12.87, a Convênios, para iguais objetivos, celebrados com os Municípios de Cruzeiro do Oeste e Wenceslau Braz. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 34/88, (Mensagem n. 35/88 ex-Proposição n. 44/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Termo Aditivo de 03.02.87, ao Convênio de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Ubitatã, objetivando a execução de obras externas, colocação de divisórias, pisos e esquadrias na sede da CIRETRAN local. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 035/88, (Mensagem n. 41/88 ex-Proposição n. 45/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 03.07.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e o Ministério da Cultura, por intermédio da Secretaria de Apoio à Produção Cultural, objetivando a realização do VII FESTIVAL DE MÚSICA DE LONDRINA - PR. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 36/88, (Mensagem n. 42/88 ex-Proposição n. 46/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Acordo celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e o Instituto Nacional de Artes Cênicas do Ministério da Cultura em 03.08.87, com os objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 03/88, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL PASSOS KRUGER, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 03, de 02.03.88)

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 03/88

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Cândido Bastos, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Passos Kruger, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Encontrando-se devidamente instruído e preenchendo as formalidades estabelecidas pela Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978 (normas para declaração de Utilidade Pública), nada há a obstar a sua normal tramitação.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 16/88, (Mensagem n. 15/88 ex-Proposição n. 24/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios ce-

lebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e os respectivos Municípios de Palmas e de Umuarama, em 15.12.87, objetivando fomentar a agropecuária dos referidos Municípios. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 17/88, (Mensagem n. 16/88 ex-Proposição n. 25/88), oriundo do PARECER da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura referente ao 9º Termo Aditivo (18.10.87), fiscalização do comércio de materiais de multiplicação vegetal; 8º Termo Aditivo (10.11.87), defesa e vigilância fitossanitária. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 18/88, (Mensagem n. 17/87 ex-Proposição n. 26/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios celebrados pelo Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, com os Municípios e nas datas que especifica, objetivando a construção de prédios destinados a sediar unidades policiais. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 19/88, Mensagem 18/88 ex-Proposição n. 27/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Termos Aditivos celebrados em 22.12.87, DOE, 23.11.87 e 12.12.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança e do DECOM com os Municípios de Apucarana, Cantagalo e Colombo, objetivando a conclusão da construção de prédios destinados a sediar unidades policiais. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 20/88, (Mensagem n. 19/88 ex-Proposição n. 28/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova 1º Termo Aditivo de 03.12.87 ao Convênio de Cooperação Técnica n. 07/87, celebrado em 18.08.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e o Município de Matinhos, objetivando assegurar a elaboração do projeto e execução dos serviços de terraplanagem, pavimentação e drenagem da rodovia que especifica. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 21/88, (Mensagem n. 20/88 ex-Proposição n.

29/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênio celebrado em 28.12.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e o Município de Campo Largo, objetivando a limpeza e manutenção do Parque Histórico de Mate. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 23/88, (Mensagem n. 23/88 ex-Proposição n. 32/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e as Entidades de Ensino Superior adiante mencionados, nas datas e com os objetivos que especificam, conforme especifica. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 24/88, (Mensagem n. 24/88 ex-Proposição n. 33/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, conforme especifica. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 025/88, (Mensagem n. 25/88 ex-Proposição n. 34/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, com os Municípios, datas e objetivos que especifica. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 026/88, (Mensagem n. 26/88 ex-Proposição n. 35/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 15.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Município de Guaraci, objetivando a realização da V EXPOGUAR - Exposição de Produtos Agropecuários. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando a dispensa da Discussão e da Redação Final dos Projetos em 3ª Discussão, que não tenham sofrido emendas em sua tramitação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Libânio, ocorrido no dia 08 de abril do corrente ano,

no Município de Paranavaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Etelvina Maria Amaral Gradowski, ocorrido no dia 15 de abril, do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Lucídio Alves Ribeiro, ocorrido no dia 04 de abril do corrente ano, no Município de Campina Grande do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputados Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de saudade pela passagem do 3º aniversário de morte do Sr. Presidente Tancredo Neves. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Etelvina Maria Amaral Gradowski, ocorrido no município de Curitiba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador, encarecendo providências junto ao SEAP/CIP para que seja restabelecido o fornecimento de celulose ao mercado interno. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pelos 60 anos de matrimônio do casal Francisco e Angelina Martins, ocorrido no município de Guarapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Jornal "Caigara", no Município de União da Vitória por ter chegado à sua Edição nº 1.000. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Escola de Música e Belas Artes do Paraná pela passagem do seu 40º aniversário. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando que seja Constituído Comissão Geral desta Casa para ouvir o Sr. Presidente da COPEL, sobre a participação das empreiteiras e a suspensão da concorrência para construção da 2ª fase da usina de Salto Segredo. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre qual o montante que os bicheiros vêm recolhendo sobre o jogo do bicho, no acordo realizado com o Sr. Governador neste sentido. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado das Finanças, encarecendo informações sobre o montante mensal de recolhimento da taxa judiciária e do fundo penitenciário, em todo o Estado e quais as respectivas destinações. Rejeitado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - (Pela Ordem)

Vossa Excelência percebeu que a manifestação do Plenário a exceção de 3 ilustres Deputados do PMDB, foi favorável ao requerimento do Deputado Paulo Furiatti, aliás, do Deputado David Cheriegate, em consequência solicitó que V.Exa. afirme o resultado do favorável ao requerido.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Essa Presidência anunciou o resultado, cabe a V.Exa. requerer a verificação de votação.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Solicito verificação de votação Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere e fará a verificação de votação. E solicita aos Deputados que aprovarem o requerimento queiram levantar-se. Seis Srs. Deputados aprovam. Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Dezenove Srs. Deputados rejeitam, seis aprovam.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do expediente de autoria da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de congratulações a Dra. Saly Brugmann Moreira, pela posse na



presidência da Associação de Mulheres. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Felinto constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Planejamento, encarecendo que o IBGE cumpra determinação do Ministro Chefe da Administração Pública, em virtude do acordo feito pelos funcionários do IBGE e a Secretaria Geral da Administração. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Lindolfo Júnior e José Alves, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem dos 105 anos de nascimento de ex-Presidente Getúlio Vargas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem dos 90 anos do prelado católico Dom Jeronimo Mazarotto. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Rafael Greca, Valderi Mendes Vilela, Algaci Túlio e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o imediato pagamento da URP de março aos servidores públicos estaduais. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pego verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere e fará a devida verificação requerida pelo Deputado Algaci Túlio.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Rafael Greca, que solicita o pagamento imediato da URP de março, queiram levantar-se. Seis Srs. Deputados aprovam. Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Esta Presidência consulta o Deputado Lindolfo Júnior se vota favorável ou contrário ao requerimento, por não ter se manifestado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Favorável.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sete Srs. Deputados votaram favoráveis, e 22 Srs. Deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, Pela Ordem.

Com o devido respeito à Mesa, Sr. Presidente, nos parece que esse requerimento já perdeu o seu tempo, até de tramitação. Haja vista a matéria aprovada hoje em Redação Final, e mesmo porque havíamos anunciado aqui através das Lideranças do PTB

na semana passada, que o mês de março seria pago conforme informação do Sr. Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) De acordo com a inscrição, que esta Presidência pede vênua, ao Deputado José Felinto, concede a palavra a V.Exa., por 15 minutos em explicações pessoais, e fará anotar a inscrição do Deputado Rafael Greca.

O SR. JOSÉ FELINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vemos nesta Casa funcionários do IBGE, em greve apenas reivindicando que o Governo Federal cumpra o acordo assinado, conforme demonstra, em minhas mãos, o telex do Ministro Aluísio Alves, Ministro da Secretaria de Administração Pública.

Portanto, Secretaria esta responsável pela política administrativa dos funcionários públicos federais. Além, de não cumprir com o acordo coletivo de trabalho, o presidente do IBGE espalha em toda a Nação, o terrorismo contra os funcionários, que dentro da sua data base reivindicam os seus direitos adquiridos e acordados, abalizado por um Ministro que também faz parte da equipe do Presidente José Sarney.

Aqui no Estado do Paraná, o despota do delegado, delegado este sem apresentação, espalha também o terrorismo contra os funcionários do IBGE.

Lamentamos profundamente que o Ministro João Batista, conforme fizemos requerimento a esta Casa, cumpra o acordo coletivo de trabalho, avalizado pelo próprio Ministro Aluísio Alves, que em telex à categoria, tem em suas mãos, e o IBGE não quer fazer cumprir. É um desrespeito tanto a um Ministro de Estado, como também à uma categoria, que conseguiu pela sua mobilização, o seu direito de reajuste, visto que hoje, a inflação manipulada pelo Governo Federal, cujo Governo desautoriza o seu Ministro, pois, nenhum deles se entende.

Fica aqui, o nosso protesto, e voltaremos amanhã a esta tribuna, após participarmos da Assembleia da categoria, para denunciarmos o não cumprimento de um acordo avalizado por um dos poucos sérios Ministros dessa República que aqui está.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti). Ainda em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao ilustre Deputado do Partido Democrático Trabalhista, Rafael Greca.

Tem a palavra, o ilustre Parlamentar.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

É, efetivamente, no horário de Explicações Pessoais que nós devemos tratar das manchetes dos jornais de hoje do Paraná. "Para Álvaro os Deputados ganham muito".

Ora, o Senhor Governador no dia de Tiradentes enfocou a sua Bancada nas suas declarações à imprensa. Sobrou da corda que V.Exas. lhe deram, cassando o direito líquido e certos funcionários públicos de ganharem a reposição salarial, de acordo com a URP, transformando este direito líquido e certo em um arbítrio do príncipe. Agora, o Governador por decreto dá ou não dá o aumento, se quiser ou se não quiser, se puder ou se não puder. Sobrou desta corda, tecida nesta Assembléia pela unanimidade da Bancada do Governo, aliás, sobrou desta corda para a mídia oficial tentar nos enforcar a todos.

Realmente, tem oportunidade a declaração do Governador. Nós, Deputados, ganhamos muito. Ganhamos muito diante do Brasil dos miseráveis! Ganhamos muito diante do salário congelado dos funcionários públicos do Estado. No entanto, eu nunca vi a discussão, aqui dentro desta Assembléia, dos montantes dos nossos salários. Penso ser isto objeto de lei federal. Acho que é muito importante que passemos a exercer, sobretudo, a zelosa Bancada do PMDB, uma ação política conjunta e moralizadora para não ficar na boca do Senhor Governador uma razão que ele não tem.

O que está nos jornais de hoje, o que esteve nos noticiários da Rede Globo de Televisão: "Deputados que votaram contra a URP dos funcionários trataram de se aumentar bem depressa", nos envergonha a todos e mostra que nem sempre o Palácio merece toda a corda. No caso a corda ficou sobre nós.

Para que não sejamos o Judas e sim o Tiradentes, abre-se agora na Assembléia a discussão dos salários dos Deputados. Quem sabe congelado, por que não? Porque a diferença entre o Judas e o Tiradentes é que o Judas é pendurado com uma corda num poste para ser malhado e o Tiradentes foi enforcado por ideais generosos, libertários e belos.

Com a palavra os Senhores Líderes e os Senhores Deputados da Bancada do Governo. Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) - Com a palavra, em Explicações Pessoais, o Deputado Paulo Furiatti. Com a palavra o ilustre Deputado.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Entrei nesta Casa hoje com um requerimento, solicitando que seja ouvido por esta Plenário, em Comissão Geral, o Presi-

dente da COPEL, Senhor Gomide, para que tenhamos aí os esclarecimentos adequados e necessários a respeito do problema da concorrência de Salto Segredo.

Sem predisposição ou sem alguma posição anterior é importante que os Deputados e o Paraná saibam da verdade. Tem muito "diz-que-diz" - que "diz-que-é-isto", "diz-que-é-aquilo", nós queremos saber, e eu imagino que todos os nossos colegas desta Casa, nós queremos saber a verdade sobre a concorrência de Salto Segredo. As informações que nós temos até agora, é de que a COPEL estabeleceu uma concorrência com o máximo de 170 milhões de dólares e de onde ela tirou este número? As informações que temos nos jornais é de que o departamento competente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica fez estudos e verificou que o máximo era de 170 milhões de dólares. A proposta da empresa supostamente ganhadora é de 273 milhões de dólares, portanto, 97 milhões de dólares a mais do que o estabelecido pela COPEL.

Hoje, abrindo os jornais, verificamos uma nota da C.R.Almeida, dizendo isto e aquilo, mas, de concreto, preto no branco, nada aconteceu. Apenas fizeram referências que o pai do Senhor Gomide trabalhou por 18 anos na C.R.Almeida, que isto e aquilo. Mas, de esclarecimento, absolutamente nada aconteceu.

Este meu requerimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que consta nesta Casa é um requerimento que foi adiada a discussão para amanhã. Eu coloco, e há uma proposta de alguns Deputados de que em função da complexidade do assunto, poder-se-ia convocar o Presidente da COPEL. Para que ele viesse depor nas 3 Comissões, a de Obras, a de Finanças e a de Constituição e Justiça. Não tenho, absolutamente, nada a me opor em relação à forma como esta empresa, a COPEL, através do seu Presidente, virá à Assembléia para esclarecer os fatos, se é em Plenária ou nas Comissões. O que desejo é que a COPEL, através do seu Presidente, venha a esta Casa esclarecer detalhadamente este processo.

Se houver amanhã o requerimento e o entendimento inclusive, das Lideranças da Oposição, para que o Presidente da COPEL venha depor nas Comissões, eu estou disposto inclusive a retirar o pedido de uma Comissão Geral, para que então possamos todos participar, porque pelo que eu saiba, mesmo não fazendo parte das Comissões, nós podemos participar das mesmas.

Fica, então, aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados este esclarecimento, para que possamos nos debruçar sobre esta questão, porque é uma questão que envolve um orçamento diferente de 93 milhões de dólares.

O Sr. Rafael Greca- Eu peço um aparte, Deputado Paulo Furiatti. (Assentimento).

Eu parabenizo Vossa Excelência, pela sua idéia e desde já eu lhe coloco à disposição os votos da Bancada do PDT.

Nós também queremos que o Senhor Presidente da COPEL venha a esta Casa, conversar com os que somos Deputados, sobre este problema da Usina Hidrelétrica de Salto Segredo.

Mesmo porque de uma certa forma ele nos é devedor, porque quando esta Assembléia, no começo do Governo Álvaro Dias, aprovou um crédito de 700 milhões de dólares, tipo carta branca para a COPEL, um cheque em branco para a COPEL, no sentido de que ele podia aumentar a capacidade de endividamento daquela Companhia, nós demonstramos bastante confiança na sua capacidade e na sua competência técnica.

O Senhor Gomide foi meu professor de Hidráulica, na Universidade Federal do Paraná, foi homenageado da nossa turma de Engenheiros do ano de 1979, e eu não sei porque ele não possa vir aqui, trazer para a Assembléia as suas reais razões, afinal de contas aqui é o Fórum de Debates efetivo dos problemas do Estado, e depois, de mais a mais a empresa C.R. Almeida e outras empresas começam a aventar a possibilidade do fracionamento da obra em várias pequenas obras e da sua entrega para capital estrangeiro, por preço muito maior do que o expresso no atual resultado da concorrência recentemente cancelada.

De maneira que é dever da Assembléia e é direito da Assembléia dar ao Presidente da COPEL, a oportunidade de uma explicação à consciência do Paraná.

Eu lhe apóio, Deputado Paulo Furiatti e terei prazer de estudar, tanto a argumentação da concorrência da COPEL como a argumentação da defesa da empreiteira C.R. Almeida, no foro da justiça, para poder fazer um questionário a altura do Presidente da COPEL.

O SR. PAULO FURIATTI - Agradeço o aparte e para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, fica então aqui este propósito. O que a Assembléia não pode deixar é de analisar com profundidade uma concorrência em que há 97 milhões de dólares em jogo.

Portanto, amanhã, se entrar um pedido das três Comissões, de Constituição e Justiça, de Orçamento e Obras, então iremos retirar o requerimento desde que haja um entendimento da Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora

regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- dos Projetos de Resolução n° 27/88, 28/88, 29/88, 30/88, 31/88, 32/88, 33/88, 34/88, 35/88, 36/88.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 03/88 e dos Projetos de Resolução n° 16/88, 17/88, 18/88, 19/88, 20/88, 21/88, 23/88, 24/88, 25/88, 26/88.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 21, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 125/87, 148/87 e 365/87.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 01/88 e 56/88 e do Projeto de Resolução n° 39/88.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EDMAR LUIZ COSTA, EM SESSÃO DO DIA 19 DE ABRIL DE 1988.

#### ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PONTA GROSSA

Ponta Grossa, 11 de abril de 1988.  
Senhor Presidente.

Esta Associação vem reivindicar a Vossa Senhoria, em apoio às manifestações já dirigidas ao Banco Central, pelas autoridades municipais, no sentido de ser ampliado o horário externo dos bancos de Ponta Grossa, para atendimento ao público.

O nosso Município tem 300 mil habitantes, pela projeção do IBGE, e conta com mais de 3 mil e 500 estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços. Tem, segundo informações da Justiça Eleitoral, mais de 114 mil eleitores, com um número de 78 mil economias prediais.

Importante centro rodo-ferroviário, é sede da Microrregião dos Campos Gerais, constituída de 10 municípios, com vasta área territorial, expressiva economia produtiva tributária e dependente da vida comercial, industrial, social, econômica, política, educacional e bancária do nosso Município. É destacado pelo turístico, com

a presença do Parque Estadual de Vila Velha, agasalha as famosas formações areníticas de Vila Velha, Furnas e Lagoa Dourada.

Sedia a Universidade Estadual de Ponta Grossa, além do Comando da 5.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria Blindada e o 13.<sup>o</sup> Regimento de Infantaria Blindada.

Conta com 18 agências bancárias que servem à população, com toda a sua conhecida prestação de serviços, que hoje é oferecida ao comércio, à indústria, à agricultura e à pecuária, como ao povo em geral, que por ela paga e recebe todos os seus débitos e créditos, que se traduzem em impostos, taxas, carnês, cheques-salários, aposentadorias, etc., e que os torna absolutamente dependentes de maior largueza de atendimento de seus interesses.

Ponta Grossa é, hoje, o maior centro de moagem de soja da América Latina, situado neste Estado, no meio de importantes rodovias que a ligam aos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e ao Paraguai, Argentina e ao Porto de Paranaguá, exportador da produção agrícola paranaense.

Tudo isso a faz fortemente dependente de usufruir de um mais dilatado horário externo da rede bancária.

Importante notar que quando as nossas necessidades de utilização de uma ainda insipiente rede bancária eram bem menores, o horário de atendimento era muito maior, particularmente quando os hábitos da popu-

lação eram ainda de efetuar seus pagamentos diretamente aos credores, em dinheiro e o uso do cheque não tinha ganho o volume atual.

Desde que, por razões de economia, com a implantação do Plano Cruzado, os bancos, alegando necessidade de reduzir custos, objetivaram alteração de seus horários de funcionamento, é que se teve um desajuste dos hábitos e conveniências dos usuários que têm necessidade desse relevante serviço público.

Aquelas razões elencadas pelos bancos, já não persistem para se continuar com a manutenção de horários reduzidos que têm contribuído para uma insatisfação generalizada em quase todas as cidades de médio porte.

Justo é, pois, que esta Associação venha pleitear em nome da sociedade princesina, em reforço aos pedidos das autoridades municipais, que o Banco Central, na esfera de sua competência, como já o fez com Londrina, autorize o funcionamento do horário bancário externo até às 16:30 horas, em Ponta Grossa, como medida de equidade e justiça, em cumprimento da Lei Municipal em vigor.

Sem outro particular, apresentamos a Vossa Senhoria, com respeitosas manifestações de apreço, as nossas

Saudações,

(a) EDILSON LUIZ CARNEIRO BAGGIO  
Presidente.